

ENCARGOS SOCIAIS NAS EMPRESAS

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO

PROCEDIMENTOS

SUMÁRIO

1.	Introdução
2.	Cálculo dos Encargos
2.1.	Enquadramento de FPAS
2.2.	Enquadramento no SAT/RAT
2.3.	Terceiros
3.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
4.	Encargos Básicos - Tabela "A"
4.1.	Empresas optantes pelo SIMPLES Nacional
5.	Tabela "B" - Encargos que Recebem a Incidência da Tabela "A"
5.1.	Empresas não optantes pelo SIMPLES Nacional
5.2.	Empresas optantes pelo SIMPLES Nacional
6.	Encargos Sociais - Rescisão - FGTS - Tabela "C"
6.1.	Depósito por dispensa sem justa causa
6.2.	Adicional da Lei Complementar nº 110/01
7.	Resumo dos Encargos Sociais do Empregador - Empresas não Optantes pelo SIMPLES Nacional
8.	Resumo dos Encargos Sociais do Empregador - Empresas Optantes pelo SIMPLES Nacional
9.	Desoneração da Folha de Pagamento
9.1.	Não aplicação

1. Introdução

Além do salário, vários outros custos devem ser calculados ou estimados de modo que se conheça a real dimensão do custo da mão de obra.

Certos encargos são fixados por lei como um percentual fixo sobre a folha de pagamento. No entanto, a maioria tem que ser calculada a partir de estimativas que envolvam desde o número de dias efetivamente trabalhados até as estatísticas sobre a taxa de natalidade, acidentes no trabalho, número de conduções tomadas pelo trabalhador, etc.

O presente trabalho tem por finalidade apresentar aos profissionais da área um roteiro básico dos principais encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento.

Algumas empresas, em virtude de política interna, bem como de documento coletivo, podem conceder benefícios aos empregados, tais como: assistência médica, previdência privada, refeição, entre outros.

Neste trabalho, não foram contemplados tais benefícios, tendo em vista essas peculiaridades.

2. Cálculo dos Encargos

O recolhimento previdenciário das empresas em geral corresponde à aplicação das seguintes alíquotas, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados:

- geralmente 20% ou 22,5% (instituições financeiras), de acordo com o enquadramento da atividade da empresa no Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS);
- Risco de Acidente do Trabalho (RAT) de 1%, 2% ou 3% e contribuição adicional, se for o caso, variando conforme o grau de risco, para a complementação das prestações por acidente

do trabalho e aposentadoria especial (item 2.2 deste trabalho), em conformidade com o art. 202 do Regulamento da Previdência Social (RPS), aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, acrescido do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) a partir de janeiro/2010; e

c) contribuição variável de Outras Entidade (Terceiros) destinada às entidades e aos fundos que, por força de legislação e/ou Convênio, o INSS se incumbe de arrecadar e repassar, como por exemplo: SENAI, SESC, SESI, etc.

2.1. Enquadramento de FPAS

Nos termos do art. 109-B e seguintes da Instrução Normativa RFB nº 971/09 alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.071/10, cabe à pessoa jurídica, para fins de recolhimento da contribuição devida a terceiros, classificar a atividade por ela desenvolvida e atribuir-lhe o código FPAS correspondente, sem prejuízo da atuação, de ofício, da autoridade administrativa.

Na hipótese de reclassificação de ofício, a autoridade administrativa constituirá o crédito tributário, se existente a respectiva obrigação e comunicará ao sujeito passivo e às entidades e fundos interessados as alterações realizadas.

Em caso de discordância, o sujeito passivo poderá, em 30 dias, impugnar o ato de reclassificação da atividade ou o lançamento dele decorrente, observado, quanto a este, estabelecido pelo Decreto nº 70.235/72, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências.

A classificação no código de FPAS terá por base a principal atividade desenvolvida pela empresa, assim considerada a que constitui seu objeto social, conforme declarado nos atos constitutivos e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), observadas as regras a seguir, na ordem em que apresentadas:

- a) a classificação será feita de acordo com o Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577 da CLT, ressalvado o disposto nos arts. 109-D e 109-E da Instrução Normativa RFB nº 971/09 e as atividades em relação às quais a lei estabeleça forma diversa de contribuição;
- b) a atividade declarada como principal no CNPJ deverá corresponder à classificação feita na forma da letra “a”, prevalecendo esta em caso de divergência;
- c) na hipótese de a pessoa jurídica desenvolver mais de uma atividade, prevalecerá, para fins de classificação, a atividade preponderante, assim considerada a que representa o objeto social da empresa ou a unidade de produto, para a qual convergem as demais em regime de conexão funcional (art. 581, § 2º, da CLT);
- d) se nenhuma das atividades desenvolvidas pela pessoa jurídica se caracterizar como preponderante, será classificada cada uma delas de acordo com a letra “a”.

Para acessar a relação completa de códigos de FPAS, basta acessar a Agenda de Obrigações Federais no portal www.cenofisco.com.br.

2.2. Enquadramento no RAT

O Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa Decorrente dos Riscos do Ambiente de Trabalho (GILRAT) é o seguro obrigatório, instituído por lei, mediante uma contribuição a cargo exclusivo da empresa, sobre a folha de pagamento, que se destina à cobertura de eventos resultantes de acidente do trabalho.

A contribuição da empresa destinada ao financiamento dos benefícios concedidos em razão de maior incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, corresponde à aplicação dos percentuais adiante sobre o total da remuneração paga ou creditada a qualquer título no decorrer do mês, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e médicos-residentes:

- 1% para a empresa, cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado leve;
- 2% para a empresa, cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado médio;

- 3% para a empresa, cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado grave.

A atividade econômica preponderante da empresa, para fins de enquadramento na alíquota de grau de risco destinada a arrecadar recursos para custear o financiamento dos benefícios concedidos, em razão de maior incidência de incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho, é aquela que ocupa o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos.

A alíquota de contribuição destinada ao financiamento da aposentadoria especial, concedida em razão de maior incidência de incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho, será acrescida de 12%, 9% e 6%, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa que permita a concessão de aposentadoria especial após 15, 20 ou 25 anos de contribuição, respectivamente.

O acréscimo incide, exclusivamente, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos sujeitos a condições especiais.

O enquadramento da empresa será efetuado de acordo com a “Relação de Atividades Preponderantes e Correspondentes Graus de Risco”, conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), constante do Anexo V do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

Observe que o enquadramento no correspondente grau de risco é de responsabilidade da empresa, observada sua atividade econômica preponderante e será feito mensalmente, cabendo ao INSS rever o autoenquadramento a qualquer tempo.

2.2.1. Fator Acidentário de Prevenção (FAP)

A partir de janeiro/2010 entrou em vigor o Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

O Fator Acidentário Prevenção (FAP) consiste em um multiplicador variável num intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), aplicado com quatro casas decimais, considerado o critério de arredondamento na quarta casa decimal, a ser aplicado sobre a alíquota RAT de 1%, 2% ou 3%.

Dessa forma, as alíquotas do RAT poderão ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100% em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, aferida pelo FAP.

Não há tabela divulgada do FAP, sendo que, para a sua obtenção, cada empresa deve acessar o sítio da Previdência Social (www.previdenciasocial.gov.br), opção “Dados de sua Empresa”.

Uma vez nesta página, se a empresa ainda não possuir senha, deve clicar no *link* “Incluir Senha”, que o remeterá à página da Receita Federal do Brasil (RFB) para o cadastramento. Esta senha também poderá ser obtida nas agências de atendimento da Receita Federal do Brasil.

A periodicidade de cálculo dos coeficientes será anual, para fins do FAP e uma vez a cada três anos, para fins de revisão de enquadramento do risco, conforme Anexo V do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

O Ministério da Previdência Social (MPS) publicará anualmente, no Diário Oficial da União (DOU), sempre no mesmo mês, os Índices de Frequência, Gravidade e Custo, por atividade econômica, e disponibilizará na internet, o FAP por empresa, com informações que possibilitem a esta verificar a correção dos dados utilizados na apuração do seu desempenho.

O FAP produzirá efeitos tributários a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua divulgação.

Lembramos que para as empresas que contribuem para o financiamento da aposentadoria especial com acréscimo de 12%, 9% e 6%, o FAP será aplicado somente sobre as alíquotas RAT (1%, 2% ou 3%) e não sobre o respectivo acréscimo.

Neste trabalho, para apuração dos encargos sociais (Tabela “A”), adotamos uma média das três taxas de Risco de Acidente do Trabalho (RAT), na qual encontramos um percentual de

2%. Lembramos que cada empresa deve levar em consideração o seu próprio enquadramento e alíquota.

2.3. Terceiros

Nos termos do art. 109 da Instrução Normativa RFB nº 971/09, compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos do art. 3º da Lei nº 11.457/07, as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação e cobrança da contribuição devida por lei a terceiros, ressalvada celebração de Convênio sendo que, neste caso o recolhimento pode ser feito diretamente à entidade ou fundo.

A contribuição para Terceiros sujeita-se aos mesmos prazos, condições, sanções e privilégios das contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social, inclusive no que diz respeito à cobrança judicial.

O disposto neste subitem refere-se, exclusivamente, à contribuição, cuja base de cálculo seja a mesma das que incidem sobre a remuneração paga, devida ou creditada a segurados do RGPS ou instituída sobre outras bases a título de substituição.

A retribuição pelos serviços de fiscalização, arrecadação e cobrança da contribuição será de 3,5% do montante arrecadado, salvo percentual diverso estabelecido em lei específica, e será creditada ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/75.

Feitas essas considerações, para cálculo das contribuições devidas para terceiros, será efetuado sobre o total da folha de pagamento dos empregados e, para tanto, deverá a empresa enquadrar-se em um dos FPAS e, com base nesse código, saberá qual o percentual de recolhimento a que estará sujeita, conforme orientações administrativas da Receita Federal do Brasil.

As referidas contribuições ficam sujeitas aos mesmos prazos, condições, sanções e privilégios das contribuições da seguridade social, inclusive no que se refere à cobrança judicial e deve ser lançada no campo 9 da GPS.

Para apuração dos encargos sociais (Tabela "A"), será considerada uma alíquota de 5,8% para as empresas em geral.

Lembramos que, cada empresa deve levar em consideração o seu próprio enquadramento e alíquota, conforme tabela a seguir transcrita.

A Tabela de Códigos de Terceiros, conforme FPAS, a seguir, tem caráter meramente informativo pois foi suprimida a partir de 02/05/2007 pela Instrução Normativa RFB nº 739/07.

Tabela de Códigos de Terceiros por FPAS
A tabela de códigos de Terceiros, a seguir, tem caráter meramente informativo

Código FPAS	Situação do Contribuinte	Código Terceiros	%
507507 (cooperativa)	Sem Convênio Sem Convênio (SESCOOP)	0079 4163	5,8 5,8
515515 (cooperativa)	Sem Convênio Sem Convênio (SESCOOP)	0115 4163	5,8 5,8
523	Sem Convênio	0003	2,7
531	Sem Convênio	0003	5,2
540	Sem Convênio	0131	5,2
680	Sem Convênio	0131	5,2
558	Sem Convênio	0259	5,2
566 566 (cooperativa)	Sem Convênio Sem Convênio (SESCOOP)	0099 4163	4,5 5,5
574 574 (cooperativa)	Sem Convênio Sem Convênio (SESCOOP)	0099 4163	4,5 5,5
590	Sem Convênio	0001	2,5
604	Sem Convênio	0003	2,7
612 612 (cooperativa)	Sem Convênio Sem Convênio (SESCOOP)	3139 4163	5,8 5,8
620	Sem Convênio	3072	2,5
647	Sem Convênio	0099	4,5
655	Sem convênio	0001	2,5
736 736 (cooperativa)	Sem Convênio	0003	2,7
744	Produtor Rural Pessoa Física Segurado Especial	0512	0,2
744	Produtor Rural Pessoa Jurídica Agroindústria	4198	0,25
787 787 (cooperativa)	Sem Convênio Sem Convênio (SESCOOP)	0515 4099	5,2 5,2
795 (cooperativa)	Sem Convênio (SESCOOP)	4099	7,7
825	Sem Convênio	0003	5,2
833	Sem Convênio	0079	5,8

Notas

Cenofisco:

- 1) Códigos sem Contribuição para Terceiros (com isenção de 100%): 582, 639 e 779.
- 2) Os Códigos FPAS 698, 701, 710 e 728 foram extintos a partir de 15/09/2000, data de publicação no DOU da Instrução Normativa nº 38/00, da Diretoria Colegiada do INSS.
- 3) O Código Terceiros foi obtido por meio da soma dos códigos específicos das entidades a seguir:

Salário-Educação	INCRA	SENAI	SESI	SENAC	SESC	SEBRAE	DPC	Fundo Aerov.	SENAR	SEST	SENAT	SESCOOP
0001	0002	0004	0008	0016	0032	0064	0128	0256	0512	1024	2048	4096

3. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas, de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a Gratificação de Natal (13º Salário).

Nota Cenofisco:

Transcrevemos, a seguir, os arts. 457 e 458 da CLT:

“Art. 457 - Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

§ 1º - Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador.

§ 2º - Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.

§ 3º - Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada a distribuição aos empregados.

Art. 458 - Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações “in natura” que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1º - Os valores atribuídos às prestações “in natura” deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário-mínimo (arts. 81 e 82).

§ 2º - Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador:

I - vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço;

II - educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;

III - transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;

IV - assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;

V - seguros de vida e de acidentes pessoais;

VI - previdência privada;

VII - (VETADO)

§ 3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.

§ 4º - Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-habitantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família”.

Lembramos que o referido depósito deve ser antecipado quando, no dia 7 do mês subsequente, não houver expediente bancário.

Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão de obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão de obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos ao regime jurídico próprio.

Salientamos que, de acordo com o art. 28 do Regulamento do FGTS (RFGTS), aprovado pelo Decreto nº 99.684/90, que o depósito na conta vinculada do FGTS é obrigatório também nos casos de interrupção do contrato de trabalho previsto em lei, tais como:

a) auxílio-doença de até 15 dias;

- b) durante todo período de afastamento por acidente de trabalho;
- c) licença-maternidade;
- d) licença-paternidade.

Os contratos de aprendizagem terão a alíquota reduzida para 2%.

Ressaltamos que, a contribuição social de 0,5% instituída pela Lei Complementar nº 110/01, exigida a partir da competência do mês outubro/2001 e recolhida, mensalmente, foi devida até a competência do mês de dezembro/2006.

4. Encargos Básicos - Tabela "A"

Nesta tabela foram reunidas as contribuições incidentes sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, aos empregados.

Em razão do enquadramento do FAP respeitar critérios específicos (veja subitem 2.2.1 desta matéria) o mesmo não está sendo considerado, na tabela a seguir. Contudo, orientamos as empresas que acrescentem o seu FAP para efeito dos encargos sociais.

Tabela "A"	
Contribuição à Previdência Social (INSS)	20%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	8%
Salário-Educação	2,5%
SESI/SESC	1,5%
SENAI/SENAC	1%
SEBRAE	0,6%
INCRA	0,2%
Risco de Acidente do Trabalho (RAT)	2%
TOTAL	35,80%

4.1. Empresas optantes pelo SIMPLES Nacional

As empresas que optaram pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES Nacional), nos termos da Lei nº 9.317/96, efetuavam o pagamento mensal unificado mediante aplicação de determinado percentual sobre a receita bruta mensal, dos seguintes impostos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuições para o PIS/PASEP, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), COFINS, IPI e Contribuição para a Seguridade Social a cargo da pessoa jurídica.

A opção exercida submetia a pessoa jurídica a sistemática do SIMPLES a partir do 1º dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.

Dessa forma, desde janeiro/1997 as contribuições englobadas pelo pagamento mensal unificado referem-se, entre outras, à quota patronal (a cargo da empresa - 20%, RAT e Terceiros e também 15% sobre o valor pago para as cooperativas de trabalho), da contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas ou devidas aos empregados e avulsos e dos contribuintes individuais (empresários e trabalhadores autônomos).

Assim, a empresa recolhia, a título de contribuição previdenciária, em sua Guia de Previdência Social (GPS), apenas o valor descontado de seus empregados e contribuinte individual (empresário e autônomo) estando, portanto, excluídos a parte da empresa correspondente a 20% sobre a respectiva folha de pagamento e *pró-labore* de empresários e de valores pagos a autônomos, acidente de trabalho e contribuição destinada a terceiros, bem como os 15% de contribuição previdenciária, calculado sobre o valor bruto da nota fiscal, emitida pela cooperativa de trabalho.

Contudo, a partir de 01/07/2007, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 123/06, foi instituído o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado a estas no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (SIMPLES Nacional).

Dessa forma, o SIMPLES Nacional implica no recolhimento mensal, mediante Documento Único de Arrecadação (DAS), dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- b) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- e) Contribuição para o PIS/PASEP;
- f) Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212/91, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de prestação de serviços previstas nos incisos XIII a XXVIII do § 1º e no § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/06;
- g) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
- h) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

5. Tabela “B” - Encargos que Recebem a Incidência da Tabela “A”

A Tabela “B” é constituída de encargos pagos diretamente ao empregado, como contraprestação de serviço prestado, incluídos na folha de pagamento e por isso sofrem a incidência dos encargos da Tabela “A”.

O ponto de partida para o cálculo desses encargos é a determinação do número de dias produtivos do trabalhador em um ano de 366 dias.

Para se chegar a esse número é necessário determinar o número de dias não trabalhados no ano, ou seja, de férias, Descanso Semanal Remunerado (DSR), feriados e faltas abonadas legalmente.

Considerando que, em 2013 terá 365 dias do ano, menos 52 domingos, 25 dias de férias (veja letra “b” a seguir), e, em média, 12 dias entre feriados e dias santificados, além do feriado estadual, temos:

a) Repouso Semanal Remunerado (RSR)

O Repouso Semanal Remunerado (RSR), constituído de 52 domingos anuais e 12 feriados, pode ser calculado da seguinte forma:

Dias úteis: $365 - (52 + 25 + 12) = 276$

O RSR equivale aos domingos (52 no ano) e feriados (12 no ano) do mês. Assim temos:

$RSR = 52 + 12 = 64$

$64 \div 276 = 0,2319 \times 100 = 23,19\%$

b) Férias

As férias foram calculadas à base de 25 dias, embora o direito do empregado corresponda a 30 dias, posto que, no período de 30 dias de gozo há, em média, 4 domingos e 1 feriado intercalados.

Observamos ainda que, nesse cálculo foi utilizado o prazo máximo das férias, não tendo sido considerado sua redução para 24, 18 ou 12 dias, em virtude das faltas injustificadas dentro do período aquisitivo (art. 130 da CLT).

Dias úteis: 276

Férias: 25

$25 \div 100 = 0,0906 \times 100 = 9,06\%$

Para cálculo do 1/3 Constitucional sobre as férias, deve ser considerado os 30 dias de férias:

$30 \div 276 = 0,1087$

1/3 Constitucional: $0,1087 \div 3 = 0,0362 \times 100 = 3,62\%$

Férias + 1/3 Constitucional = $9,06\% + 3,62\% = 12,68\%$

c) Feriados

Para cálculo do encargo de feriados (7 nacionais, 1 estadual e 4 municipais, temos o seguinte:

Total de feriados no ano = 12

$$12 \div 276 = 0,0435 \times 100 = 4,35\%$$

Nota Cenofisco:

Lembramos que os dias em que se comemora o Carnaval não se encontram discriminados entre os feriados oficiais, exceto para o Estado do Rio de Janeiro que, a terça-feira é feriado (Lei nº 5.243/08).

d) Aviso-Prévio

O art. 7º, inciso XXI, da Constituição Federal garante ao trabalhador o direito ao aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias. Por outro lado, o art. 488 da CLT prevê a redução da jornada diária em duas horas durante o cumprimento do aviso-prévio, sem prejuízo do salário integral.

Considerando que o aviso-prévio foi trabalhado e, que o empregado, com jornada de trabalho de 44 horas semanais optou por reduzir a sua jornada de trabalho em duas horas diárias de trabalho, durante 25 dias úteis e, que no ano de 365 dias, tem 276 dias úteis:

$$44 \text{ horas} \div 6 \text{ dias} = 7,3333$$

$$\text{Redução de horas} = 2 \text{ horas}$$

$$2 \text{ horas} \div 7,3333 = 0,2727$$

$$0,2727 \times 25 \text{ dias} = 6,8175$$

$$6,8175 \div 276 = 0,0247 \times 100 = 2,47\%$$

Em caso de Aviso-Prévio Indenizado, temos o seguinte:

$$30 \text{ dias} \div 276 = 0,1087 \times 100 = 10,87\%$$

As empresas devem ficar atentas a quantidade de dias de aviso-prévio, em razão da publicação da Lei nº 12.506/11, que acrescentou aos 30 dias mais três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias, perfazendo um total de até 90 dias.

e) 13º Salário

Considerando que o valor relativo ao 13º salário corresponde a 30 dias de trabalho pelo fato de o empregado receber a sua remuneração integral e, que o ano de 365 dias, tem 276 dias úteis, temos como encargo dessa verba:

$$30 \text{ dias} \div 276 = 0,1087 \times 100 = 10,87\%$$

f) Auxílio-Doença e Acidentes de Trabalho

Em se tratando de afastamento por auxílio-doença, seja previdenciário ou acidentário, a empresa remunera os 15 primeiros dias desse afastamento e, a partir do 16º dia, é custeado pela Previdência Social.

Neste caso, é utilizado para apuração desse encargo social, dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Levando-se em conta dados estatísticos divulgados pelo IBGE, em média cada trabalhador tem cinco faltas justificadas anuais, motivadas por algum tipo de doença; temos o seguinte:

$$(5 \div 30) \div 12 \times 100 = 1,39\%.$$

No caso de acidente do trabalho, de acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social (MPAS), baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% dos empregados que se acidentam no ano temos o seguinte:

$$((15 \div 30) \div 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%.$$

$$\text{Total: } 1,39\% + 0,03\% = 1,42\%$$

g) Faltas Legais

Ausências ao trabalho asseguradas ao empregado pelo art. 473 da CLT (morte de cônjuge, ascendente, descendente; casamento; nascimento de filho; doação de sangue; alistamento eleitoral; serviço militar; comparecer a juízo). De acordo com dados estatísticos do IBGE, cada empregado falta um dia por ano, a esse título. Nesse caso a provisão será de:

$$(1 \div 30) \div 12 \times 100 = 0,28\%.$$

h) Licença-Paternidade

Criada pelo art. 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, combinado com o art. 10, § 1º, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), concede ao empregado o direito de

ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Dessa forma, poderá ser adotado o seguinte cálculo:

$$5 \text{ dias de licença-paternidade} \div 30 \text{ dias/mês} = 0,17$$

$$\frac{0,17 \times 0,015 \times 100}{12} = 0,02\%$$

12

Assim, temos:

Tabela "B"	
09 - Repouso Semanal Remunerado	23,19%
10 - Férias	12,68%
11 - Feriados	4,35%
12 - Aviso-Prévio	2,47%
13 - Auxílio-Doença (Previdenciário/Acidentário)	1,42%
14 - 13º Salário	10,87%
15 - Faltas Legais	0,28%
16 - Licença-Paternidade	0,02%
Total	55,28%

5.1. Empresas não optantes pelo SIMPLES Nacional

Para as empresas não optantes pelo SIMPLES Nacional para determinação da taxa de incidência da Tabela "A" sobre a Tabela "B", deve ser obtido da seguinte forma:

$$\text{Total de encargos da Tabela "A" x Tabela "B"} = 0,3580 \times 0,5526 = 0,1978 \times 100 = 19,78\%$$

5.2. Empresas optantes pelo SIMPLES Nacional

Para definição da taxa de incidência de Tabela "A" sobre a Tabela "B", para as empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, deve ser levado em consideração a atividade da empresa, em razão do Anexo em que estiver enquadrada.

5.2.1. Empresas optantes pelo SIMPLES Nacional - Anexos I, II, III e V

A empresa enquadrada nos Anexos I, II, III e V da Lei Complementar nº 123/06 recolherá, a título de contribuição previdenciária, em sua Guia de Previdência Social (GPS), apenas o valor descontado de seus empregados (8%, 9% ou 11%, conforme tabela) e contribuinte individual (empresário e autônomo - 11%), estando, portanto, excluídos a parte da empresa correspondente a 20% sobre a respectiva folha de pagamento e o *pró-labore* de empresários e de valores pagos a autônomos, RAT, bem como os 15% de contribuição previdenciária, calculado sobre o valor bruto da nota fiscal emitida pela cooperativa de trabalho.

Neste caso, a empresa estará sujeita ao encargo sobre a folha de pagamento de 8% de FGTS. Assim, temos:

$$\text{Taxa de incidência de Tabela "A" sobre Tabela "B"} = 0,08 \times 0,5528 = 0,0442 \times 100 = 4,42\%$$

5.2.2. Empresas optantes pelo SIMPLES Nacional - Anexo IV

Para as atividades enquadradas no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/06, a empresa recolherá, em GPS, a título de contribuição previdenciária, o valor descontado de seus empregados (8%, 9% ou 11%, conforme tabela) e contribuinte individual (empresário e autônomo - 11%), bem como:

- geralmente 20%, de acordo com o enquadramento da atividade da empresa no Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS);
- 1%, 2% ou 3% referente ao RAT e contribuição adicional, se for o caso, variando conforme o grau de risco, para a complementação das prestações por acidente do trabalho e aposentadoria especial, em conformidade com o art. 202 do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

Observa-se que o art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06 estabelece que, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, optantes pelo SIMPLES Nacional, ficam

dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo.

Isto posto, as empresas optantes pelo SIMPLES Nacional ficam dispensadas da contribuição sindical patronal, bem como das contribuições destinadas ao SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEBRAE, INCRA, etc., ou seja, 5,8% para outras entidades (terceiros), perfazendo um total de 30%, sendo que:

Previdência Social = 20%;

FGTS = 8%;

RAT = 2%.

Taxa de incidência de Tabela "A" sobre Tabela "B" = $0,3000 \times 0,5528 = 0,1658 \times 100 = 16,58\%$

6. Encargos Sociais - Rescisão - FGTS - Tabela "C"

6.1. Depósito por dispensa sem justa causa

Considerando a empresa pague um valor mensal referente ao depósito por dispensa sem justa causa igual a 40% do recolhimento do FGTS do mês, o percentual a ser considerado:

Incidência do FGTS sobre a Tabela "B"

$40\% \text{ (Multa)} \times (8\% \times 55,26\% + 8\%)$

100 100

$0,4 \times (0,08 \times 0,5528 + 0,08) = 0,0497$

$0,0497 \times 100 = 4,97\%$

Nota Cenofisco:

A contribuição adicional de 0,5% instituída pela Lei Complementar nº 110/01 foi exigida até a competência dezembro/2006.

6.2. Adicional da Lei Complementar nº 110/01

Referente ao recolhimento da Contribuição Social de 10% do FGTS, o percentual a ser considerado:

$10\% \text{ (Multa)} \times (8\% \times 55,26\% + 8\%) =$

100

$0,1 \times (0,08 \times 0,5528 + 0,08) =$

$= 0,1 \times 0,1242 = 0,0124$

$0,0124 \times 100 = 1,24\%$

7. Resumo dos Encargos Sociais do Empregador - Empresas não Optantes pelo SIMPLES Nacional

Resumo dos Encargos Sociais do Empregador

Tabela "A"	
01 - INSS	20%
02 - Sesi/SESC	1,50%
03 - SENAI/SENAC	1%
04 - SEBRAE	0,60%
05 - INCRA	0,20%
06 - Salário-Educação	2,50%
07 - RAT	2%
08 - FGTS	8%
Total	35,80%
Tabela "B"	
09 - Repouso Semanal Remunerado	23,19%
10 - Férias	12,68%
11 - Feriados	4,35%
12 - Aviso-Prévio	2,47%
13 - Auxílio-Doença (Previdenciário/Acidentário)	1,42%
14 - 13º Salário	10,87%
15 - Faltas Legais	0,28%
16 - Licença-Paternidade	0,02%
Total	55,28%
Tabela "C"	
17 - Multa rescisória de 40% do FGTS nas dispensas sem justa causa	4,97%
18 - Adicional 10% referente a Lei Complementar nº 110/01	1,24%
Total	6,21%
Incidências da Tabela "A" sobre a Tabela "B" $(0,3580 \times 0,5528) = 0,1979 \times 100 = 19,79\%$	
Total dos Encargos (A + B + C) = 117,08%	

8. Resumo dos Encargos Sociais do Empregador - Empresas Optantes pelo SIMPLES Nacional

Para as empresas optantes pelo SIMPLES Nacional, temos os seguintes encargos:

- a) Resumo dos encargos sociais do empregador optante pelo SIMPLES Nacional enquadrados nos Anexos I, II, III e V da Lei Complementar nº 123/06

Tabela "A"	
01 - INSS	-
02 - Sesi/SESC	-
03 - SENAI/SENAC	-
04 - SEBRAE	-
05 - INCRA	-
06 - Salário-Educação	-
07 - Risco Acidente Trabalho (RAT)	-
08 - FGTS	8%
Total	8%
Tabela "B"	
09 - Repouso Semanal Remunerado	23,19%

10 - Férias	12,68%
11 - Feriados	4,35%
12 - Aviso-Prévio	2,47%
13 - Auxílio-Doença (Previdenciário/Acidentário)	1,42%
14 - 13º Salário	10,87%
15 - Faltas Legais	0,28%
16 - Licença-Paternidade	0,02%
Total	55,28%
Tabela "C"	
17 - Multa rescisória de 40% do FGTS nas dispensas sem justa causa	4,97%
18 - Adicional 10% referente a Lei Complementar nº 110/01	1,24%
Total	6,21%
Incidências da Tabela "A" sobre a Tabela "B" $(0,08 \times 0,5528) = 0,0442 \times 100 = 4,42\%$ Total dos Encargos (A + B + C) = 73,91%	

b) Resumo dos encargos sociais do empregador optante pelo SIMPLES Nacional enquadrados no Anexo IV da Lei Complementar nº 123/06

Tabela "A"	
01 - INSS	20%
02 - Sesi/SESC	-
03 - SENAI/SENAC	-
04 - SEBRAE	-
05 - INCRA	-
06 - Salário-Educação	
07 - RAT	2%
08 - FGTS	8%
Total	30%
Tabela "B"	
09 - Repouso Semanal Remunerado	23,19%
10 - Férias	12,68%
11 - Feriados	4,35%
12 - Aviso-Prévio	2,47%
13 - Auxílio-Doença (Previdenciário/Acidentário)	1,42%
14 - 13º Salário	10,87%
15 - Faltas Legais	0,28%
16 - Licença-Paternidade	0,02%
Total	55,28%
Tabela "C"	
17 - Multa rescisória de 40% do FGTS nas dispensas sem justa causa	4,97%
18 - Adicional 10% referente a Lei Complementar nº 110/01	1,24%
Total	6,21%
Incidências da Tabela "A" sobre a Tabela "B" $(0,3 \times 0,5528) = 0,1658 \times 100 = 16,58\%$ Total dos Encargos (A + B + C) = 108,07%	

9. Desoneração da Folha de Pagamento

A Lei nº 12.715, 17/09/2012 (DOU de 18/09/2012), entre outras providências alterou, em seu art. 55, os arts. 7º a 10 da Lei nº 12.546/11, que institui o Regime Especial de Reintegração

de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (REINTEGRA), conhecido, também, como Plano Brasil Maior.

Salientamos que, de acordo com o § 2º do art. 78 e art. 79 da Lei nº 12.715/12, estabelece que os arts. 53 a 56 entram em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente à data de publicação da Medida Provisória nº 563/12, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação, o que ocorreu por meio do Decreto nº 7.828, de 16/10/2012 (DOU de 17/10/2012).

Isto posto, as empresas com as atividades a seguir relacionadas terão a contribuição previdenciária de 20%, calculada sobre o total da folha de pagamento de empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais, substituída pela aplicação das alíquotas de 1% ou 2%, conforme o caso, sobre o valor da receita bruta, não sendo aplicada às empresas que exerçam exclusivamente as atividades de representante, distribuidor ou revendedor de programas de computador.

Convém ressaltar que, as referidas contribuições têm caráter impositivo aos contribuintes que exercem as atividades, a seguir, mencionadas e deverão ser apuradas e pagas de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica (art. 4º e § 1º do art. 5º do Decreto nº 7.828/12).

Com a publicação do Decreto nº 7.828/12 passaram a vigorar as seguintes regras:

I - de 01/08/2012 a 31/12/2014

a) alíquota de 2% sobre o valor da receita bruta - para as empresas que prestam serviços de Tecnologia da Informação (TI), de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme listados no item 3 deste trabalho, call center, concepção, desenvolvimento ou projeto de circuitos integrados e o setor hoteleiro (CNAE 5510-8/01);

Nota Cenofisco:

Enquadram-se na subclasse 5510-8/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) as seguintes atividades:

Código	Descrição CNAE
5510-8/01	Administração de Hotéis.
5510-8/01	Hotel.
5510-8/01	Hotel com ou sem Serviço de Restaurante.
5510-8/01	Hotel Fazenda.
5510-8/01	Pousada.
5510-8/01	SPA com Serviço de Alojamento.

b) alíquota de 1% sobre o valor da receita bruta - para as empresas que fabricam fluidos para freios hidráulicos, plásticos, vestuário e seus acessórios, peles, couros, sedas, lãs, tapetes e outros revestimentos para pisos, chapéus e artefatos de uso semelhante, máquinas e aparelhos, válvulas redutoras de pressão, dentre outros, conforme classificação na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), dentre outros, conforme o Decreto nº 7.660/11, nos códigos referidos nos Anexos I e II do Decreto nº 7.828/12 (veja itens 8 e 9 deste trabalho).

II - de 01/01/2013 a 31/12/2014

a) alíquota de 2% sobre o valor da receita bruta - para as empresas que prestam serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros (CNAE 4921-3 e 4922-1);

Nota Cenofisco:

Enquadram-se nas classes 4921-3 e 4922-1 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) as seguintes atividades:

Código	Descrição CNAE
4921-3	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana.
4922-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional.

b) *alíquota de 1% sobre o valor da receita bruta - para as empresas que prestam serviços de:*

- manutenção e reparação de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos;
- transporte aéreo de carga;
- transporte aéreo de passageiros regular;
- transporte marítimo de carga na navegação de cabotagem;
- transporte marítimo de passageiros na navegação de cabotagem;
- transporte marítimo de carga na navegação de longo curso;
- transporte marítimo de passageiros na navegação de longo curso;
- transporte por navegação interior de carga;
- transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; e
- navegação de apoio marítimo e de apoio portuário.

c) *alíquota de 1% sobre o valor da receita bruta - para as empresas que fabricam brinquedos; mármore, cerâmicas, pedras; animais vivos e miudezas; glândulas e outras substâncias de origem animal utilizadas na preparação de produtos farmacêuticos; milho, soja, cereais e farinhas; produtos de pastelaria, pós e pellets de carnes, de miudezas e de pescados, impróprios para alimentação humana; sangue humano, sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico, vacinas; medicamentos, conforme classificação na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), dentre outros, conforme o Decreto nº 7.660/11, nos códigos referidos nos Anexos I e II do Decreto nº 7.828/12 (veja item 8 e 9 deste trabalho).*

9.1. Não aplicação

Observa-se que, de acordo com o inciso II, do art. 3º do Decreto nº 7.828/12, não será aplicada a substituição da contribuição previdenciária, às empresas:

I - que se dediquem a atividades diversas das previstas nos códigos da TIPI a seguir transcritos, cuja receita bruta delas decorrente seja igual ou superior a 95% da receita bruta total:

a) entre 01/12/2011 e 31/12/2014 - 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00, 9404.90.00 e nos capítulos 61 e 62; e 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00, 4205.00.00, 6309.00, 64.01 a 64.06.

b) entre 01/04/2012 e 31/12/2014 - 41.04, 41.05, 41.06, 41.07 e 41.14; 8308.10.00, 8308.20.00, 96.06.10.00, 9606.21.00 e 9606.22.00; e 9506.62.00.

II - aos fabricantes de automóveis, comerciais leves - camionetas, picapes, utilitários, vans e furgões; caminhões e chassis com motor para caminhões, chassis com motor para ônibus, caminhões-tratores, tratores agrícolas e colheitadeiras agrícolas auto propelidas.

III - às empresas que exerçam as atividades de representação, distribuição ou revenda de programas de computador e cuja receita bruta que decorra dessas atividades seja igual ou superior a 95% da receita bruta total, de acordo com inciso II, § 3º do art. 2º do Decreto 7.828/12.

Todos os comentários e considerações sobre esse assunto poderão ser obtidos na matéria intitulada "Desoneração da Folha de Pagamento - Ampliação do Número de Empresas Beneficiadas", publicada no *Manual de Procedimentos Trabalho e Previdência 49/12*.

FONTE: CENOFISCO.